



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

EDITAL n. 1/2016
PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES

- **CONFIRA** se seu caderno de prova contém um **09 páginas**, com **40 questões objetivas**, além de **uma FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Preencha os dados no cabeçalho da FOLHA DE RESPOSTAS e **assine onde for requerido**.
- **A prova objetiva será corrigida exclusivamente pela FOLHA DE RESPOSTAS.**
- Utilizar caneta de **tinta azul ou preta**. Não serão corrigidas marcações feitas a lápis ou lapiseira.
- Não é permitida a consulta em qualquer material impresso: apostilas, livros, exercícios, etc.
- É vedado o uso de *notebook*, *pager*, *palm top*, celular ou qualquer meio de comunicação eletrônica. Esses aparelhos devem permanecer desligados e guardados
- É vedado o empréstimo ou troca de materiais entre os candidatos ou qualquer forma de comunicação entre eles.
- Durante a realização das provas, as bolsas e demais objetos devem ficar guardados (embaixo da carteira ou em local separado), sob pena de não ser entregue a prova ou de ser retirada.
- É proibido sair da sala antes de 1 (uma) hora depois do início da prova, salvo em casos de urgência médica ou congêneres.
- Ao término da prova, e respeitado o tempo mínimo de 1 (uma) hora após seu início, o candidato poderá levar o caderno de prova, deixando apenas FOLHA DE RESPOSTAS.

Marabá/PA, 24 de fevereiro de 2016.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- (A) Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; independência nacional; defesa da paz.
- (C) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; solução pacífica dos conflitos.
- (D) Soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e pluralismo político.

2. Construir uma sociedade livre, justa e solidária, e garantir o desenvolvimento nacional, de acordo com a Constituição Federal, constituem alguns dos:

- (A) Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) Direitos políticos coletivos.
- (C) Princípios que regem as relações internacionais.
- (D) Fundamentos da República Federativa do Brasil.

3. Corresponde a um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais previstos na Constituição Federal de 1988:

- (A) Gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.
- (B) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (C) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
- (D) Repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.

4. Caio tentou obter conhecimento das informações armazenadas a seu respeito em banco de dados de entidade governamental, o que lhe foi negado. No caso, segundo a Constituição Federal, para conhecer das informações, Caio deverá impetrar:

- (A) *habeas-data*.
- (B) mandado de segurança.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) mandado de injunção.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

5. Com relação à competência da Justiça Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

(B) Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que o município não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual. Nessa hipótese, o recurso cabível será sempre para o Tribunal de Justiça na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

(C) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

(D) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

6. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, marque a alternativa **CORRETA**:

(A) É livre a manifestação do pensamento, assegurado o anonimato.

(B) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

(C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

(D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da ocorrência de dano.

7. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) São órgãos da Justiça Federal: os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais e as Turmas Recursais.

(B) As causas em que a União for autora serão aforadas na Seção Judiciária do Distrito Federal.

(C) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

(D) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública e sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

8. Dentre os remédios constitucionais, assinale aquele utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder:

- (A) *habeas-data*.
- (B) mandado de segurança.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) mandado de injunção.

9. Assinale a opção que contenha cargos que são privativos de brasileiro nato:

- (A) Presidente da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (B) Governador de Estado e Senadores;
- (C) Deputados Federais e Estaduais;
- (D) Prefeitos e Vereadores.

10. Considere os seguintes itens:

- I. Hino nacional.
- II. Feriados oficiais nacionais.
- III. Armas nacionais.
- IV. Selo nacional.

Nos termos da Constituição Federal, além da Bandeira nacional, é símbolo da República Federativa do Brasil o constante APENAS em:

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.

DIREITO CIVIL

11. A respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Chama-se coisa julgada a decisão proferida por juiz de 1ª instância.
- (B) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 2 (dois) meses depois de oficialmente publicada.
- (C) Em regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

12. A menoridade cessa aos dezoito anos completos. Cessar, para os menores, a incapacidade:

- (A) Pelo término do ensino médio.
- (B) Pelo casamento.
- (C) Pelo exercício da função de jurado.
- (D) Pela colação de grau em curso técnico.

13. Com relação ao domicílio necessário, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- (B) O domicílio do servidor público é o lugar onde exercer permanentemente suas funções.
- (C) O lugar em que cumpre a sentença privativa de liberdade é o domicílio do preso.
- (D) Considera-se o domicílio do marítimo onde o navio estiver ancorado.

14. Considere as seguintes situações:

I – X, trinta anos de idade, é viciado em tóxico.

II – Y, vinte e cinco anos de idade, é pródiga e, sendo assim, esbanja dinheiro com aquilo que lhe dá prazer, dissipando seus bens.

III – W, possui dezessete anos de idade

De acordo com o Código Civil brasileiro, é(são) incapaz(es), relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

15. Com relação ao prazo de prescrição, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Pode, em regra, ser alterado por acordo das partes.
- (B) Corre contra os absolutamente incapazes.
- (C) É de 10 (dez) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (D) Iniciado contra uma pessoa não continua a correr contra o ser sucessor.

16. Com relação ao domicílio, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar em que por último estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
- (B) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- (C) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

(D) O domicílio da União é o Distrito Federal, e dos Estados as suas respectivas capitais.

17. São pessoas jurídicas de direito público interno, dentre outras:

- (A) União, Estados, DF e Municípios.
- (B) Autarquias e partidos políticos.
- (C) Sociedades e fundações.
- (D) Organizações religiosas e empresas individuais de responsabilidade limitada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando:

- (A) O juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- (B) O réu reconhecer a procedência do pedido.
- (C) O juiz indeferir a petição inicial.
- (D) As partes transigirem.

19. Se a petição inicial não indicar o valor da causa, o juiz:

- (A) Determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) A indeferirá liminarmente, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
- (C) A despachará, ordenando a citação do réu.
- (D) Julgará extinto o processo, sem resolução do mérito, por inépcia da petição inicial.

20. O pedido ou a causa de pedir **NÃO** poderão ser alterados, **sem o consentimento do réu**, após:

- (A) O recebimento da petição inicial.
- (B) A citação do réu.
- (C) O oferecimento da contestação.
- (D) A réplica.

21. Com relação aos prazos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) É proibido às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- (B) Não havendo preceito legal nem assinalação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (C) É contínuo, não se interrompendo nos feriados.
- (D) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

22. Segundo o Código de Processo Civil brasileiro, há litispendência quando:

- (A) dois processos apresentam o mesmo autor, tendo um deles já transitado em julgado.
- (B) se repete ação que já foi decidida por sentença, da qual não caiba recurso.
- (C) se repete ação que está em curso.
- (D) dois processos apresentam as mesmas partes, tendo um deles já transitado em julgado.

23. De acordo com o art. 2º do CPC, “Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais”. Trata-se do princípio da:

- (A) Impessoalidade.
- (B) Inércia da jurisdição.
- (C) Legalidade.
- (D) Ampla defesa.

24. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a atos proferidos pelo juiz:

- (A) Sentenças.
- (B) Decisões interlocutórias.
- (C) Despachos.
- (D) Atos ordinatórios.

25. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de:

- (A) 20 salários mínimos.
- (B) 40 salários mínimos.
- (C) 60 salários mínimos.
- (D) 80 salários mínimos.

DIREITO PENAL

26. Com relação à aplicação da lei penal, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- (C) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

27. X praticou um delito, foi processado e condenado. Um dia após o trânsito em julgado da sentença condenatória, uma lei nova, mantendo a mesma descrição do fato delituoso, modificou a pena cominada para esse delito. Nesse caso,

- (A) Aplica-se sempre a lei nova, se o agente ainda não tiver cumprido a pena imposta.
- (B) Não se aplica a lei nova, por já ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- (C) Não se aplica a lei nova em razão do princípio constitucional da anterioridade da lei penal.
- (D) Aplica-se a lei nova, caso seja mais benéfica ao autor do delito.

28. Quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução da ação criminosa, ocorreu:

- (A) Crime impossível.
- (B) Arrependimento posterior.
- (C) Arrependimento eficaz.
- (D) Desistência voluntária.

29. O Código Penal Brasileiro elenca algumas situações em que, por mais que o agente tenha praticado o fato, o mesmo não responderá pelo crime. Assim, quem pratica a conduta em legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito, não responderá pelo crime em razão da exclusão da:

- (A) tipicidade.
- (B) ilicitude.
- (C) culpabilidade.
- (D) punibilidade.

30. A teoria adotada pelo Código Penal brasileiro para determinação do lugar do crime foi a teoria da:

- (A) Ubiquidade.
- (B) Atividade ou ação.
- (C) Do resultado ou do evento.
- (D) Da territorialidade plena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação será:

- (A) Irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- (B) Irretratável, depois de recebida a denúncia.
- (C) Sempre irretratável.
- (D) Sempre retratável.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

32. A ação penal proposta pelo ofendido nos crimes de ação pública quando o Ministério Público deixar de oferecer denúncia no prazo legal denomina-se ação penal:

- (A) Privada subsidiária da pública.
- (B) Pública condicionada.
- (C) Privada.
- (D) Popular.

33. De acordo com o Código de Processo Penal, a competência será, **de regra**, determinada pelo lugar:

- (A) Da prática da ação ou omissão criminosa.
- (B) Em que se consumar a infração.
- (C) Em que for domiciliado o réu.
- (D) Em que for domiciliado o autor.

34. “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. O presente enunciado refere-se ao princípio do(a):

- (A) Devido processo legal.
- (B) Imparcialidade do juiz.
- (C) Presunção da inocência.
- (D) Publicidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. A respeito dos atributos dos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (B) Presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei, presumindo-se, até prova em contrário, que o ato foi emitido com observância da lei.
- (C) O atributo da autoexecutoriedade permite à administração executar seus próprios atos, impondo aos particulares, de forma coativa, o fiel cumprimento das determinações neles consubstanciadas.
- (D) A presunção de veracidade é o atributo pelo qual o ato administrativo não pode ser objeto de anulação pelo Poder Judiciário, salvo aqueles considerados discricionários.

36. A Constituição Federal de 1988 enumera, **explicitamente**, em seu art. 37, princípios que devem ser obedecidos pela Administração Pública direta e indireta. São eles:

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Legalidade, legitimidade, razoabilidade e proporcionalidade.
- (C) Impessoalidade, continuidade dos serviços públicos, supremacia do interesse público.
- (D) Indisponibilidade do interesse público, moralidade, eficiência e autotutela.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

37. Sobre a revogação e anulação dos atos administrativos, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A revogação pode ser feita pelo Judiciário e pela própria Administração, mas a anulação compete apenas ao Poder Judiciário.
- (B) A revogação atinge um ato administrativo não editado em conformidade com a lei.
- (C) A revogação recai sobre ato legal, mas que, por motivos de conveniência e oportunidade, a administração deseja a retirada do ato administrativo.
- (D) A anulação se baseia em critérios de oportunidade e conveniência.

38. As autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais determinadas. Na organização administrativa do poder público, as autarquias são:

- (A) Entidades da Administração pública direta.
- (B) Entidades da Administração pública indireta.
- (C) Entidades paraestatais.
- (D) Organizações da sociedade civil.

39. São requisitos ou elementos dos atos administrativos:

- (A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (B) Presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- (C) Tipicidade e legalidade.
- (D) Discricionariedade e supremacia sobre o interesse privado.

40. Os bens destinados à utilização geral pelos indivíduos, que podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, independentemente de consentimento individualizado por parte do poder público, são:

- (A) Bens de uso especial.
- (B) Bens dominicais.
- (C) Bens de uso comum do povo.
- (D) Bens particulares.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÕES OBJETIVAS

CANDIDATO (nome legível): _____

- Marque as respostas nesta FOLHA DE RESPOSTAS, no campo correspondente a cada questão.
- **A FOLHA DE RESPOSTAS é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva.** Não amasse, não dobre nem rasure a sua FOLHA DE RESPOSTAS. As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e (ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição desta FOLHA DE RESPOSTAS por erro de preenchimento do candidato.

As marcações das respostas descritas abaixo, relativas às questões X, Y e Z, deverão ser feitas conforme a ilustração.

QUESTÃO / RESPOSTA					
X	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	← resposta à questão X = A
Y	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	← resposta à questão Y = B
Z	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	← resposta à questão Z = C



Preencha os círculos completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de tinta preta.

QUESTÃO / RESPOSTA				
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

QUESTÃO / RESPOSTA				
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

QUESTÃO / RESPOSTA				
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

QUESTÃO / RESPOSTA				
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Assinatura do Candidato